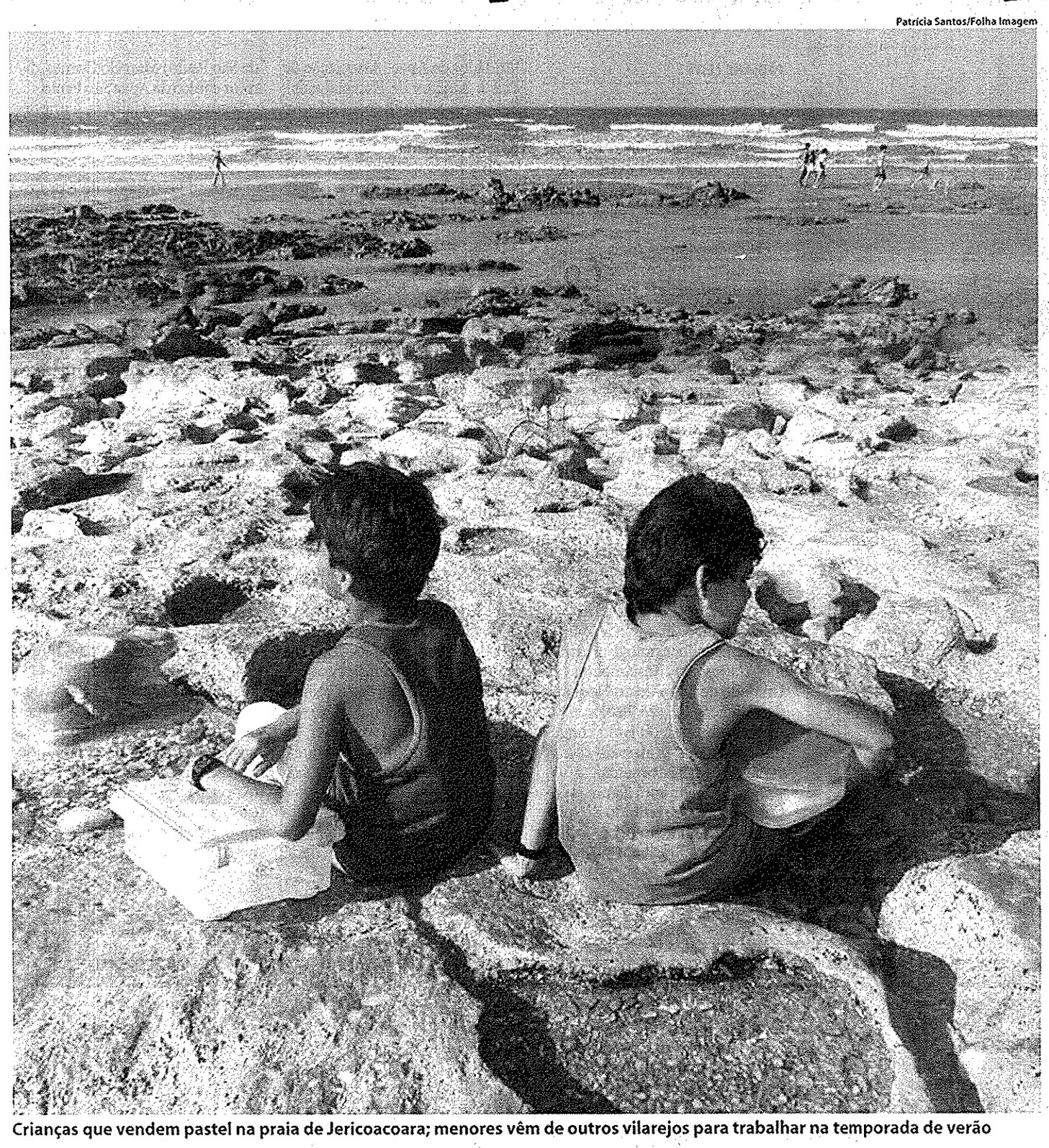
Acervo ISA

Documentação SOCIOAMBIENTAL
Fonte FSP (Cotidiano)
Data 20/1/2002 Pg C9
Class. UC/APA 232

TERRA SEM LEI *Prostituição, trabalho infantil e degradação ambiental acompanham crescimento do turismo no vilarejo cearense*

Jericoacoara perde aura de paraíso isolado

Patrícia Santos/Folha Imagem



Crianças que vendem pastel na praia de Jericoacoara; menores vêm de outros vilarejos para trabalhar na temporada de verão

MARIO CESAR CARVALHO
ENVIADO ESPECIAL A JERICOACOARA

Foi em Jericoacoara, no litoral do Ceará, que a arquiteta carioca Patrícia Lima, 42, diz ter sentido pela primeira vez que pisava no paraíso: a mistura de dunas e praias é de tirar o fôlego, há sol farto e brisas refrescantes quase o ano todo, e o vilarejo de pescadores lembra um Brasil cordial que parecia extinto. "Adoro a sensação de isolamento. É como se o mundo feroz e competitivo ficasse além das dunas", compara.

Esqueça o paraíso, porque esse todo mundo pode ver, e bem-vindo ao inferno de Jericoacoara, um território que começa onde os olhos do turista já não alcançam. Sob a casca do paraíso, vigora uma espécie de terra sem lei:

★ Empregados de pousadas trabalham 12, 13 horas por dia, sem registro em carteira, sem folga, sem férias, sem 13º;

★ Uma mudança no código de edificações, autorizando casas com segundo andar, pode criar até 12 mil vagas em pousadas para turistas num vilarejo onde vivem cerca de 1.500 pessoas;

★ Servidores da prefeitura são obrigados a dividir o salário mínimo que deveriam receber com outra pessoa que não trabalha, um funcionário-fantasma;

★ A prostituição infantil começa a aparecer, com meninas de 14 anos beliscando o traseiro de turistas no forró, numa espécie de convite cifrado, mas quem denuncia é que sofre retaliações;

★ Meninos de vilarejos vizinhos mudam-se para Jericoacoara no verão e trabalham durante dois meses como vendedores na praia. "É bom que os meninos trabalhem", diz uma dona de pousada que prefere não ver o seu nome identificado. "Os homens daqui são muito preguiçosos."

Jericoacoara ganhou aura de paraíso por causa do isolamento. Fica a 317 km ao norte de Fortaleza, e os últimos 15 km só são vencidos por carros com tração 4 x 4 ou camionete, por causa das dunas e das lagoas. Em 1994, ganhou projeção internacional, ao ser eleita como uma das dez praias mais bonitas do mundo pela "Washington Post Magazine".

Foi nessa época, também, que começaram a pipocar pousadas para abrigar a nova leva de turistas —antes, só os mais aventureiros chegavam até lá.

Lei de proteção é o que não falta lá. Em 1984, o governo federal transformou uma área de 200 km² em Apa (Área de Proteção Ambiental). Novas construções só seriam permitidas na vila, cuja área não passa de 1 km², e sob normas rígidas: teriam de manter o padrão simples das casas de caiçara, não ultrapassar a altura de 4 metros, não ocupar mais do que a metade do terreno e não ter mais do que 250 m² de área.

Em 1992, foi proibida a construção de novas pousadas e hotéis.

Zero de fiscalização

Nada disso foi respeitado, segundo a médica paulista Denise Cury, que viveu em Jericoacoara entre 1993 e 2001, período em que foi a principal voz contra os políticos locais, o que lhe valeu uma ameaça de morte em 2000.

Polícia ambiental só chegou por lá em dezembro de 2001, depois que o governador Tasso Jereissati (PSDB) ficou escandalizado com o que viu ao passar no vilarejo o feriado de 15 de novembro.

Tasso ficou chocado com o que choca turistas há mais de cinco anos: camionetes invadem praias, dunas e ruas de terra, o som dos bares não tem controle, e o Ibama só consegue deter as "irregularidades praticadas pelos mais pobres", como diz Maria Filizolina de Souza, 42, presidente do Conselho Comunitário de Jericoacoara, uma organização não-governamental. "Os mais ricos vão à Justiça e fazem o que querem."

Em dezembro, Tasso mandou a prefeitura fechar o acesso de carros a praias e a certas ruas, enviou homens da Polícia Militar para patrulhar a cidade e soldados da polícia ambiental.

Apesar da boa vontade, a polícia pode muito pouco ali. Uma das principais irregularidades em Jericoacoara é na área trabalhista. Das cerca de 70 pousadas de lá, não mais do que meia dúzia registra seus funcionários, segundo Geórgia Granggero, 25, gerente da maior delas, a Hippopotamus, de propriedade do prefeito de lá.

"O resto é pirataria. Aqui não tem fiscalização de nada: da Justiça do Trabalho, da Embratur, do meio ambiente", diz Geórgia.

Dono de uma pousada à beira da lagoa do Paraíso, na Jijoca (vilarejo a cerca de 20 km da praia de Jericoacoara), onde 15 funcionários trabalham até 12 horas por dia sem registro em carteira, o francês Laurent Michel, 36, diz que segue os padrões locais: "Aqui é o fim do mundo. Nem a prefeitura registra funcionários."

Michel alega que não registra seus funcionários porque paga bem: "Aqui eles recebem o melhor salário da região: R$ 300, R$ 400 por mês. Se fosse registrar, eu não aguentaria", diz, para justificar a irregularidade. Para compensar a falta de férias, folgas e 13º, ele diz comprar roupas e remédios para os trabalhadores.

Divisão de salário

O exemplo da prefeitura é pior ainda, segundo Simone do Livramento Teixeira, 23, atendente do posto dos Correios. "Tenho que dividir o salário mínimo que recebo com outra pessoa que não trabalha", diz Simone, sabendo que será demitida por revelar um esquema que dezenas de pessoas comentam às escondidas.

Os funcionários-fantasmas seriam mais de uma centena e fariam parte do esquema eleitoral do prefeito Sergio Herrera Gimenez (PSD), pela segunda vez no cargo. O prefeito nega tudo: "Essa mulher não trabalha. Ela divide o salário com outra porque quer".

Fiscalização aos abusos contra a infância também inexiste. Crianças que recebem bolsa do governo para não trabalhar continuam trabalhando; adolescentes dirigem bugues e camionetes. Pior: nada foi feito contra a nascente prostituição infantil.

Foi Alex Furtado, 31, escritor, velejador, dono de pousada e criador do movimento SOS Jeri, trouxe a público que oito meninas de 13 a 17 anos começavam a se prostituir em troca de um jantar ou de um biquíni mais vistoso.

"O Conselho Tutelar, em vez de investigar, veio dizer que isso não existia. A prefeitura ameaçou me processar. É uma inversão total: eu sou ameaçado, não os criminosos", reclama Furtado.

É nesse clima de terra sem lei que Jericoacoara encontra-se às vésperas do que pode ser a maior mudança no vilarejo: a estrada de terra que leva até a Jijoca está sendo asfaltada, um aeroporto será aberto e será permitido construir sobrados, o que pode elevar a capacidade das pousadas dos 840 leitos atuais para 12 mil.

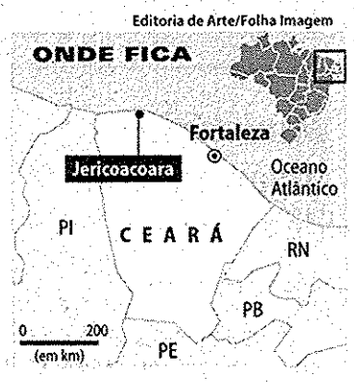
O prefeito diz que a mudança na altura das casas, de 4 para 7,5 metros, vai beneficiar os pobres. "Quem está contra essa mudança são as pousadas grandes, que não querem concorrência."

Para Furtado, o discurso do prefeito não pára de pé: "Pobre não tem dinheiro para fazer pousada com segundo andar. Isso é coisa de investidor, gente que não tem preocupação ambiental."

Jericoacoara não resiste ao turismo de massa, segundo Furtado e pesquisadores da Universidade Federal do Ceará. "Se as massas chegarem, Jericoacoara estará destruída", diz Furtado. Na visão dele, vai acontecer o mesmo que em Canoa Quebrada: "Lá, o pescador nativo foi expulso para o sertão, onde tem de comer lagarto para não passar fome. É uma burrice. O maior valor daqui não é a praia, é o povo puro, que já não existe em outros lugares."

O italiano Federico Castelli, 49, dono de uma pousada e restaurante na Jijoca, é pessimista: "A desgraça já aconteceu porque há uma aliança entre o governo e a prefeitura, que faz o que quer porque não há freio para segurá-la".

Editoria de Arte/Folha Imagem



Meninos ficam dois meses fora de casa

DO ENVIADO ESPECIAL

Os meninos que trabalham em Jericoacoara nem são dali: eles vêm de vilarejos ainda mais pobres: Córrego do Urubu, Córrego da Forquilha, Mangue Seco, Preá. Como são locais distantes, a mais de duas horas de caminhada, eles saem de casa em dezembro, passam dois meses vivendo de favor em Jericoacoara e retornam em fevereiro.

"Depois de dois meses aqui, vou voltar com R$ 50 para casa", dizia, animado, Ednardo Chaves, 11, que vende pastel de arraia na praia Malhada. "É muito dinheiro porque em casa não entra quase nada", conta. Filho de um pescador e de uma rendeira, ele tem nove irmãos e mora no Preá, a 12 km de Jericoacoara. Nenhuma das crianças ganha Bolsa Escola.

Antes de voltar, vai realizar seu sonho de consumo: comprar dois shorts e um par de chinelos de dedos. Na compra, vai deixar R$ 30 dos R$ 80 que arrecadou nos dois meses.

Ednardo vende pastéis de arraia (R$ 0,50 cada) feitos pela mãe de Francisco Gleyson de Oliveira, 10. É um sistema de parceria: de cada R$ 10 vendidos, ele fica com R$ 3.

A história dos meninos que trabalham em Jericoacoara se repete com a monotonia de uma ladainha. São guias para as dunas e praias vizinhas, vendedores de água, refrigerante e cerveja. Os mais abastados, já com 14, 15 anos começam a levar turistas em seus bugues ou camionetes. Trabalham nas férias e fins de semana.

Ninguém sabe ao certo quantos são. Seria um grupo de 70 a 100 garotos, se somados os que trabalham em Jericoacoara e na lagoas do Paraíso e Azul, na Jijoca. Dos 12 garotos-trabalhadores entrevistados pela reportagem da **Folha**, 9 recebiam R$ 15 por mês da programa Bolsa Escola, do governo federal, cujo objetivo é combater justamente o trabalho infantil.

Maurício Pedro da Silva, estudante da 6ª série e vendedor de refrigerantes, tem um discurso cristalino a favor da escola e contra o trabalho infantil: "O futuro da gente é o estudo. Quem não sabe de nada só pega serviço pesado, é só olhar na vila para ver. Quem sabe, pega serviço maneirinho, fica só no escritório."

Tanta clareza não vale nada diante da falta de dinheiro. Filho de um transportador de peixe que não encontra trabalho porque a pesca está fraca e de uma merendeira, sobrou para Maurício a tarefa de sustentar mãe, pai e cinco irmãos: "Sei que não é bom trabalhar, mas fazer o quê? Na temporada de férias, sou eu que tenho de sustentar a casa. O dinheiro está com o turista e eu vou atrás dele."

Em janeiro, ele espera ganhar R$ 300, um belo pé de meia para os padrões locais.

Parque deterá degradação, diz prefeito

DO ENVIADO ESPECIAL

Jericoacoara não vai ser destruída pelo turismo de massa porque vai se tornar parque nacional. Se virou território sem lei, a culpa não é da prefeitura: é que faltavam policiais, fiscais do Ibama, da Justiça do trabalho. Agora, com o apoio dos governos federal e estadual, a lei será aplicada.

São esses argumentos que o prefeito de Jijoca de Jericoacoara, Sergio Herrera Gimenez, 61, usa para argumentar que o vilarejo não corre riscos.

Espanhol de Madri, Gimenez está no segundo mandato, é dono da maior pousada de Jericoacoara e da pista onde pousam os aviões. Estava construindo uma pousada à beira da lagoa do Paraíso, na Jijoca, que foi embargada porque ali é área de preservação.

O projeto que transforma Jericoacoara em parque nacional só aguarda a assinatura do presidente Fernando Henrique Cardoso. Com o parque, tudo será diferente, segundo Gimenez. "Quem não respeitar as leis, irá para a cadeia. Será crime federal. E vamos ter mais recursos para cuidar da área", prevê.

No projeto, o parque será cercado, terá guaritas e os carros não circularão mais por Jericoacoara —ficarão estacionados num bolsão antes do vilarejo. A partir de maio, não entram mais carros em Jericoacoara, afirma.

Também serão construídos um posto de saúde, um centro cultural, um mercado público e estação de tratamento de esgoto. O investimento será de R$ 2 milhões, bancados pelo Banco Mundial, governo do Estado e prefeitura.

Sem fantasmas

O prefeito diz que as acusações que fazem contra ele, de ter funcionários fantasmas na prefeitura, de aterrar dunas em área de preservação, de ter usado funcionários públicos em sua pousada, são mentirosas. "Isso tudo é besteira de adversários políticos, de pessoas sem caráter."

Sobre a funcionária pública que diz ser obrigada a dividir o salário, ele primeiro achou normal: "A prefeitura não obriga ninguém a dividir o salário. Quem trabalha meio expediente, recebe meio salário mínimo." Ao ser informado que pagar meio salário mínimo é ilegal, Gimenez mudou o discurso: "Parece que ela (a funcionária) fez um acordo com outra mulher. Isso não tem nada a ver com a prefeitura. Vou botar pra fora essa sem-vergonha."

Acusado por Federico Castelli, dono de uma pousada na Jijoca, de ter aterrado um córrego que abastece a lagoa do Paraíso, Gimenez não economiza adjetivos: "Esse Federico é traficante de maconha. Ele dizia que tinha uma farmácia natural, mas abria à meia-noite. Ele tem de ir embora daqui, não trabalha."

Segundo Gimenez, o córrego não foi aterrado por ele. "Existe um bueiro lá há mais de vinte anos. Não fui eu que fiz. Quando está seco, a areia entope o bueiro. Mas, quando chove, o bueiro é desentupido e a lagoa enche."

À acusação de que aterrou 220 metros de dunas, feita por Hilton Nogueira Ribeiro, 41, dono da pousada Sítio Verde, Gimenez diz não ter feito aterro algum. "Tenho licença da Secretaria Estadual do Meio Ambiente para fazer o que fiz. Esse rapaz é um palhaço que tem quatro processos na Justiça."

Geógrafo acusa Ibama de permitir turismo de massa

DO ENVIADO ESPECIAL

A autorização do Ibama para a construção de casas com um segundo andar em Jericoacoara, o que aumentaria o número de vagas em pousadas para 12 mil, foi irresponsável, segundo o geógrafo Jeovah Meireles, 38, professor do departamento de geografia da Universidade Federal do Ceará.

Meireles estudou Jericoacoara no doutorado de quatro anos que fez na Universidade de Barcelona. "Jericoacora não aguenta 12 mil pessoas a mais, nem 8 mil. O lençol freático acabaria poluído pelo esgoto das pousadas porque é muito raso."

A consequência mais óbvia da poluição, diz ele, seria o fim da água potável que existe na lagoas que se formam entre as dunas.

Para Meireles, o sistema de dunas, de lagoas e lagunas, de planícies de maré e mangue seco é incompatível com o turismo de massa.

Deixar o vilarejo fora do parque nacional que se pretende criar lá também é um erro, segundo ele. "Os nativos serão os primeiros a serem expulsos. Vão virar sem-terra. Isso só beneficia os especuladores."

Por julgar que a comunidade científica do Ceará não foi ouvida nessa mudança, o departamento de geografia da UFCE promove um seminário sobre Jericoacoara nos dias 28 e 29 deste mês.

O gerente-executivo do Ibama no Ceará, Romeu Arruda Coelho, 31, diz que as mudanças nas normas de construção em Jericoacoara foram pedidas pela própria comunidade.

Segundo ele, se não fosse aumentada a altura das construções, as pessoas não teriam onde morar. "Não tem saída. As pessoas não podem morar nas dunas."